

A atuação do PCB no Espírito Santo entre os anos 1940 e 1950: apontamentos sobre a aplicação da linha institucional na vida política capixaba

Leonardo Baptista¹

Resumo: O presente trabalho traça um panorama da atuação do PCB no Espírito Santo entre os anos 1940 e 1950. Assim, atenta para a maneira como a organização buscou desenvolver suas atividades no campo da política formal na vida política capixaba, e mais especificamente, para sua participação nas disputas eleitorais e parlamentares. Dialogando com a realidade do partido em âmbito nacional, ressaltam-se como os aspectos de sua linha política institucional se manifestaram em sua experiência nesse estado no período. Ao mesmo tempo, busca se considerar os dilemas organizativos oriundos do ambiente político-institucional que influenciavam a conformação desse comportamento político da organização no contexto.

Palavras-chave: PCB, Partidos Políticos, Espírito Santo.

Abstract: This paper presents an overview of the PCB proceeding in the state of Espírito Santo between the 1940s and 1950s. Thus, notes the way the organization sought to develop its activities in the field of formal politics in the political life of Espírito Santo, and more specifically, about the participation in electoral and parliamentary disputes. It focused on how aspects of the institutional political line manifested themselves in the experience of the party in this state and in that period and articulating with the reality of the political party at the national extension. At the same time, it seeks to consider the organizational dilemmas originating from the political-institutional environment that influenced the conformation of this political behavior of the organization in that context.

Keywords: PCB. Political Parties. Espírito Santo.

1. Considerações Iniciais

¹ Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIs – UFES)

No início dos anos 1940, o então Partido Comunista do Brasil (PCB)² tentava se reorganizar buscando superar os abalos da forte repressão lançada pelo Governo Getúlio Vargas (1930-1945), principalmente após os Levantes Comunistas de 1935, e com o início da ditadura do Estado Novo a partir de 1937. Nesse período, uma onda de perseguições, prisões – inclusive a de Luís Carlos Prestes, em março de 1936 – e assassinatos de seus militantes praticamente desarticularam o partido nacionalmente (CARONE, 1982; VIANNA, 2010).

A reorganização do partido se efetivou a partir de agosto de 1943, com a II Conferência Nacional do PCB, a chamada “Conferência da Mantiqueira”. Das disputas políticas que tomavam o interior do partido nesse contexto³, emergiu um núcleo de dirigentes ligados à Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP)⁴, formado por nomes como os de Mário Alves, Arruda Câmara, Maurício Grabois, Amarildo Vasconcelos, João Amazonas, Pedro Pomar, Ivan Ramos, Álvaro Ventura, que assumiram o Comitê Central (CC). Mesmo preso, Prestes foi indicado para o Secretariado Geral da organização (CARONE, 1982).

Seguindo a proposta do Movimento Comunista Internacional (MCI), que orientava as organizações comunistas para a formação das *frentes populares* no combate ao fascismo, o PCB oficializou, a partir de 1943, a linha política da *união nacional*, que previa como elemento tático central, a construção de alianças pluriclassistas com “todos os setores democráticos” da sociedade, inclusive com o que o partido identificava como *burgueses progressistas*. Tal concepção de luta respondia às necessidades da *etapa nacional democrático-burguesa* que, para o PCB, assumia a revolução brasileira naquele momento. Assim, seriam objetivos imediatos da luta revolucionária do partido:

² De sua fundação no ano de 1922 até 1961, o partido se denominava Partido Comunista do Brasil. A partir daquela última data o mesmo altera seu nome para Partido Comunista Brasileiro, tentando superar um dos entraves impostos pelo Tribunal Superior Eleitoral à sua legalização. O primeiro nome permaneceu em uso pelos membros que saíram do partido e fundaram uma outra organização comunista com a sigla PC do B em 1962.

³ Segundo Chilcote (1982, p.88), três tendências disputavam a direção da sigla em 1943: “um [grupo], em São Paulo, era formado por antigos militantes que desconfiavam de Prestes e desejavam reviver o partido dentro da linha tradicional e de uma política independente. Um segundo grupo, também em São Paulo, englobava comunistas fugitivos da Bahia – ‘oportunistas e direitistas que pretendiam dominar o novo CC’. Um terceiro grupo, a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), era composto de comunistas novos e antigos do Rio de Janeiro. Enquanto o primeiro grupo buscava apenas conselhos de Prestes, os outros dois buscavam sua liderança sobre o movimento [...]”

⁴ Em fins de 1941, a CNOP foi criada no Rio de Janeiro para tentar articular a reorganização do partido (CHACON, 1998, p.138).

a consolidação do capitalismo nacional e a superação da estrutura agrária *semifeudal*; o combate ao fascismo e a conquista das liberdades democráticas.

Para tanto, o PCB se orientava a uma luta pacífica, moderada, legal, frentista e pluriclassista com foco imediato na conquista da democracia. Nesses termos, oficializava-se a *linha política institucional*, que, a partir de então, consolidaria um comportamento político de significativa longevidade na trajetória do PCB no século XX. Esse se basearia na busca pela atuação nos espaços institucionais legais, e principalmente, no campo das disputas eleitorais, contando com amplas alianças que o permitissem se aproximar das arenas decisórias e conquistar seus objetivos revolucionários. Isso, mesmo diante da constante condição de ilegalidade de sua sigla e como alvo da repressão política baseada no anticomunismo, que marginalizou suas atividades em grande parte do século passado.

Assim, sem desconsiderar as experiências de uma luta institucional pecebista⁵ entre os anos 1920 e 1930⁶, e a importância da chamada “Declaração de Março de 1958” como um dos marcos da conformação desse comportamento, concordamos com autores como Mazzeo (1999) e Santana (2001) que destacam os anos 1940, e mais especificamente, as orientações que emergem a partir da Conferência da Mantiqueira (1943), e da experiência legal entre 1945 e 1947, como momentos fundamentais na trajetória da linha institucional do PCB.

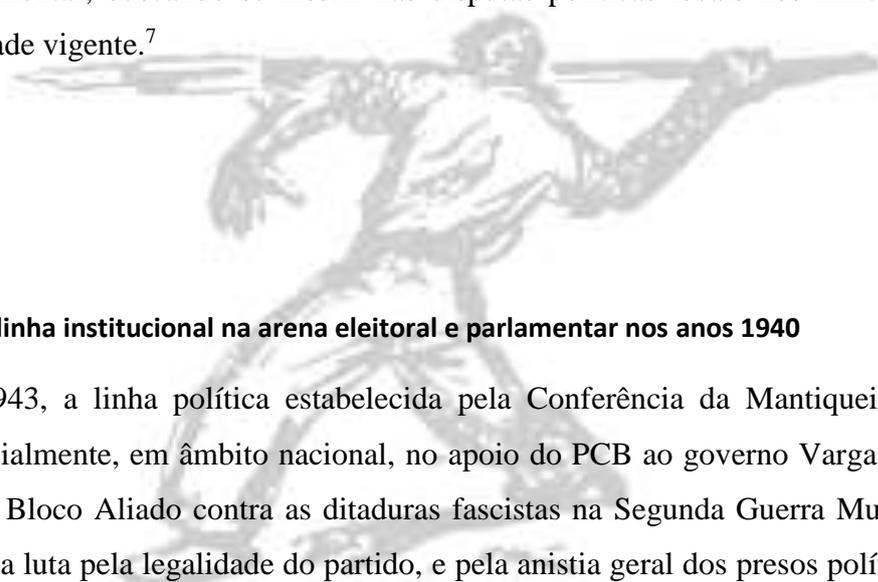
Ao longo de nossa narrativa buscamos observar a consolidação e aplicação dessa linha de atuação pelo PCB nos anos 1940 e 1950, considerando a forma como o partido fazia leitura e se relacionava com a institucionalidade vigente. Dessa forma, coadunamos com Ângelo Panebianco (2005), ao indicar como fatores de maior incidência sobre a

5 Com intuito de melhor se aproximar da objetividade e da imparcialidade de análise aqui empreendida, evitaremos termos na maioria das vezes criados pelos próprios militantes do partido para se referir a sua organização, e que denotam simpatia ou algum tipo de valorização da militância do PCB. Dessa forma, ao contrário de outros trabalhos, não utilizaremos a designação “Partidão”, como historicamente ficou conhecido o partido seja por seus militantes ou adversários políticos, e “comunista”, como sinônimo de militante do PCB, haja a vista a necessidade de considerarmos outras organizações comunistas que atuaram na vida política nacional, com identidades e programas políticos próprios. Assim, o termo “pecebista” aqui utilizado se refere, quando necessário, à militância do PCB, acreditando que ele melhor se aproxima do esforço de pesquisa que neste trabalho é dedicado.

⁶ Em 1927, por exemplo, atuando na legalidade o PCB participou da construção do Bloco Operário Camponês (BOC), reunindo setores da classe média e lideranças operárias em uma frente única em apoio a possíveis candidaturas operárias (CARONE, 1982, p.6). Naquele ano, via BOC, o partido conseguiu eleger João Batista de Azevedo Lima pelo Distrito Federal. Em 1928, já de volta à ilegalidade, pela frente, o PCB conquistou vagas na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, elegendo Otávio Brandão e Minervino de Oliveira (CHILCOTE, 1982, p.63-65). Este último concorreu à Presidência da República em 1930, pleito no qual o partido abrigado no BOC disputou todos os cargos (SEGATTO, 1989, p.40)

fisionomia e o funcionamento de uma organização partidária o seu passado e as relações que ela estabelece com os seus inconstantes ambientes externos. Estes são diversos e expõe um partido a *coerções institucionais* que impõem limites a sua atuação, colocando-o diante de *dilemas organizativos*, ou seja, exigências contraditórias em que o mesmo tem que se equilibrar, gerando impasses e desafios para sua militância, e marcando seu comportamento político.

Dessa forma, dialogando com esses aspectos teóricos e com a história do PCB no período, nos propomos com este estudo a observar, de maneira geral, o modo pelo qual a linha política institucional se manifestou na experiência do partido no Espírito Santo entre os anos 1940 e 1950. Nessa direção, o olhar se volta para a participação da militância pecebista capixaba nas disputas eleitorais e para a atuação dos seus membros na arena parlamentar, buscando se inserir nas disputas políticas locais nos limites da institucionalidade vigente.⁷



2. O PCB e sua linha institucional na arena eleitoral e parlamentar nos anos 1940

A partir de 1943, a linha política estabelecida pela Conferência da Mantiqueira se expressou, inicialmente, em âmbito nacional, no apoio do PCB ao governo Vargas que se alinhava ao Bloco Aliado contra as ditaduras fascistas na Segunda Guerra Mundial (1939-1945); na luta pela legalidade do partido, e pela anistia geral dos presos políticos. Nos anos seguintes, a luta pacífica, moderada, frentista e legal se firmou no discurso e na prática do partido, no decorrer do crescimento das lutas democráticas do país, encontrando ambiente político favorável a partir de 1945. Nesse ano, avançou o processo de democratização do regime político brasileiro, com a fixação das próximas eleições e a criação de um novo Código Eleitoral (Decreto nº 7.586/45). O PCB se beneficiou pela declaração de anistia aos presos políticos, em abril, que permitiu a libertação de Prestes, seu Secretário Geral. Em maio de 1945, sua sigla retornou à legalidade, e assim se somou aos novos partidos criados naquele momento, como o

⁷ Diante das condições que se impõem a este tipo de trabalho científico, sobre a atuação institucional do PCB, nos limitamos ao campo eleitoral e parlamentar, mas sabemos da importância de outros espaços, como os das organizações do movimento sindical para o partido no período, por exemplo.

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), que, doravante, se destacariam na arena político-eleitoral.

No Espírito Santo, o PCB iniciou sua reorganização a partir de 1942⁸, quando chegou ao estado Antônio Ribeiro Granja⁹, contratado para trabalhar na Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Filiado ao partido em São Paulo, “Granja” teria organizado uma base comunista nessa empresa, em Cariacica – ES (MACHADO, 2014). Em 1945, o partido já se encontrava organizado, contando com o seu Comitê Estadual. Em maio desse ano, já na legalidade, lançava o jornal “Folha Capixaba”, que até o seu fechamento pelos militares em 1º de abril de 1964, foi um importante meio de difusão do ideário comunista local (TEIXEIRA, 2013).

Em 1945, diante das intensas agitações que emergiam na sociedade brasileira (greves e disputas eleitorais-partidárias), o PCB foi orientado por Prestes a atuar de *forma ordeira, pacífica, moderada, democrática, frentista e institucional* (SEGATTO, 1989, p.58). Nesse caminho, inicialmente, os pecebistas se aproximaram do PTB e apoiaram a luta pela permanência de Getúlio Vargas na presidência junto do “movimento queremista”, justificando tal postura como forma de se evitar uma guerra civil e a ascensão de reacionários e fascistas ao poder (CHILCOTE, 1989, p.94-95). No Espírito Santo, essa moderação se expressou, inicialmente, numa postura conciliatória para com o seu então interventor, Jones dos Santos Neves (1943-1945). Por outro lado, a militância capixaba buscou efetivar a união dos setores democráticos organizando os Comitês Democráticos Progressistas (CDP) em bairros da região metropolitana de Vitória – ES e interior (ALVES; SIMÕES, 1996, p.83).

No decorrer daquele ano, o PCB se concentrou nas eleições marcadas para dezembro desse ano. Tal postura se reforçou com a saída de Vargas do poder em outubro, quando um novo presidente e o Parlamento responsável por estabelecer uma nova institucionalidade democrática na Assembleia Constituinte do ano seguinte saíam das disputas eleitorais.

⁸ No Espírito Santo, Wania Malheiros Alves e Rafael Claudio Simões (1996) atestaram que as primeiras notícias que se têm sobre o partido no estado datam do final de 1927, com a chegada do estivador Antônio Bernardino de Santos – SP. Assim como ocorrera com a direção nacional, no estado, entre 1938 e 1942, o partido teria se desarticulado por conta da repressão policial.

⁹ Antônio Ribeiro Granja foi uma importante liderança do PCB no Espírito Santo. Nasceu em 30 de julho de 1913, em Exu, no sertão do Estado de Pernambuco. De família muito pobre, logo cedo migrou para São Paulo em busca de melhores condições de vida, e lá se filiou ao PCB em 1934 (MACHADO, 2014).

Nessa direção, o PCB indicou Yedo Fiúza como candidato à presidência, e nomes em diversos estados do país para as disputas pelo legislativo federal. Nessas eleições, o partido obteve resultados expressivos: Fiúza conquistou quase 600 mil votos (10% do total), ficando em terceiro lugar num pleito que teve o General Eurico Gaspar Dutra (PSD) eleito Presidente da República. Para o Congresso Nacional, Prestes foi eleito Senador pelo Distrito Federal, deputado por Pernambuco, pelo Rio Grande do Sul e pelo Distrito Federal¹⁰, e o PCB ainda elegeu 14 deputados federais (SEGATTO, 1989, p. 63-64).

No Espírito Santo, o partido não conseguiu eleger membros para a Assembleia Nacional Constituinte, mas alguns dos seus candidatos conseguiram números expressivos. Assim, por exemplo, seu candidato ao Senado, Vespasiano Meireles, conquistou 3.444 votos¹¹ (ALVES; SIMÕES, 1996, p.87).

A partir de 1946, iniciou-se o Governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), marcado pela democratização do sistema político brasileiro, a partir promulgação da Constituição Federal desse ano (SKIDMORE, 1982). Inicialmente, o PCB experimentou um breve período de legalidade até 1947, que propiciou condições para que concentrasse sua luta no seio do jogo democrático, valorizando a luta política pacífica, eleitoral e parlamentar como caminho para conquistar seus objetivos, e neste sentido, primeiramente, lutar pela democracia (MAZZEO, 1999). O partido também se esforçou por construir uma imagem organizativa “ordeira” nos espaços em que atuava, receando se deparar, novamente, com a repressão anticomunista e a ilegalidade. Assim, tentava se adaptar ao ambiente político vigente.

Nesses termos, o PCB utilizou o Congresso para expressar a defesa de cláusulas sociais com discursos críticos durante a Assembleia Constituinte de 1946 e para empreender sua oposição ao Governo Dutra. A arena parlamentar era concebida como fundamental para a aplicação de sua linha política (SANTANA, 2001, p.49-53).

Nessa direção, a inserção de militantes nas Assembleias Legislativas emergia como fundamental para sua atuação regional. Assim, nas eleições estaduais de janeiro de

¹⁰ Segundo as regras eleitorais da Lei 7.586/45 que regulamentou o processo eleitoral de 1945, os candidatos poderiam concorrer simultaneamente a mais de um cargo eletivo em um ou mais estados.

¹¹ Para o Senado Federal, o PCB capixaba ainda indicou Prestes (3.866 votos). Os dois ainda foram indicados como candidatos para a Câmara Federal. A eles se somaram as candidaturas de Otto Netto (464 votos), Érico Neves (229 votos), Pedro Corrêa Reis (153 votos), Lamartine Barbosa (112 votos) e Edith Castex Olivier, a primeira mulher candidata a um pleito eleitoral no Espírito Santo (ALVES; SIMÕES, 1996, p.87).

1947, o PCB se manteve como quarta força política do país, obtendo significativas vitórias por todo o Brasil. Nesse pleito, o partido também utilizou outras siglas para abrigar seus candidatos nas disputas para as vagas suplementares para o Congresso. Dessa forma, mantendo traços da luta ilegal num contexto de legalidade de sua legenda, os pecebistas conseguiram eleger, por exemplo, Pedro Pomar e Diógenes Arruda Câmara pelo Partido Socialista Progressista (PSP), de São Paulo (CHILCOTE, 1982, p.99).

No Espírito Santo, nessas eleições, o PCB apresentou uma chapa com 32 nomes para as eleições do Legislativo capixaba. O único eleito foi Benjamim de Carvalho Campos, com 996 votos. A atuação desse parlamentar pecebista foi marcada por uma ativa oposição ao governo estadual de Carlos Lindenberg (1947-1951). Além disso, refletindo o anti-imperialismo da linha política do PCB, criticou os serviços da Cia. Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE)¹² no setor elétrico do estado (ALVES; SIMÕES, 1996, p.95).

No entanto, a partir de 1947, o partido enfrentou uma ofensiva da repressão estatal, que cerceou suas possibilidades de atuação legal no campo institucional. Em maio desse ano, o PCB foi posto na ilegalidade. Segundo Chilcote (1982, p.100-101), tratava-se de uma resposta ao crescimento eleitoral e partidário da sigla¹³, e ao enrijecimento da crítica de seus parlamentares em relação ao governo no Congresso, num contexto de avanço da Guerra Fria, no qual o Governo Dutra (1946-1951) se alinhava ao Bloco Capitalista. Em janeiro de 1948, os mandatos parlamentares pecebistas foram cassados. Dentre eles, o do deputado estadual capixaba Benjamim de Carvalho Campos.

Antes disso, mesmo dadas as coerções institucionais-autoritárias lançadas contra o partido em 1947, o PCB tentou ocupar postos nas Câmaras Municipais nas eleições de novembro desse ano, abrigando militantes em outras siglas. Nessa direção, no Espírito Santo, a organização elegeu Antônio Ribeiro Granja pela UDN, em Cariacica – ES, com 404 votos (13,24% dos votos válidos); e em Vitória – ES, Hermógenes Lima Fonseca foi eleito pelo Partido Republicano (PR), com 749 votos (10,45% dos votos válidos).

¹² Segundo Machado (2014, p.35), atuando no Espírito Santo desde 1928, a CCBFE era responsável pelo abastecimento elétrico e transporte nas cidades de Cachoeiro de Itapemirim, Vitória e arredores. Existia uma grande insatisfação em relação à empresa devido à péssima qualidade dos serviços e às tarifas cobradas junto aos usuários capixabas. Segundo análises de Alves e Simões (1996), o combate à política da empresa e a defesa de propostas para a sua nacionalização foram constantes nos discursos de parlamentares pecebistas capixabas entre as décadas de 1940 e 1960.

¹³ Segundo Vinhas (1982, p.89), em 1947, o PCB atingia o número de 200 mil inscritos, dos quais, 60 mil só em São Paulo.

Com tais números, e em termos proporcionais, ambos estão entre os vereadores mais bem votados na história dos respectivos municípios (MACHADO, 2014). O partido também elegeu Custódio Tristão em Guaçuí-ES, mas os dados eleitorais são desconhecidos (ALVES; SIMÕES, 1996, p.88).

Os mandatos desses vereadores pecebistas capixabas se deram no contexto no qual o partido radicalizou sua concepção de luta, respondendo ao avanço da repressão lançada pelo Estado brasileiro, que lhe impôs fortes limitadores para a sua atuação nos espaços institucionais vigentes¹⁴. Essa condição provocou uma forte autocrítica na direção do partido, que apontou para os erros da linha política oficializada a partir de 1943, e suas expectativas de atuação segundo na institucionalidade democrática vigente no período de legalidade da sigla.

Nesse contexto, nasceu o chamado “Manifesto de Janeiro de 1948”, produzido pela direção do PCB, pelo qual se iniciou um processo de radicalização das orientações políticas do partido, que será ratificado no “Manifesto de Agosto de 1950”. Numa *guinada à esquerda*, entre 1948 e 1951, com tais documentos o partido se reaproximava das matrizes teóricas do *leninismo* e sua concepção revolucionária (MAZZEO, 1999, p.75-77).

Nessa direção, a linha política dos “Manifestos” defendia uma *revolução democrática e socialista simultânea* por meio da luta de massas hegemônica pelo proletariado. Foi proposta a formação de uma *Frente Democrática de Libertação Nacional*, uma espécie de exército popular que deveria se preparar para a guerra contra a burguesia nacional e internacional atuante no país e empreender uma *revolução agrária e anti-imperialista* (SEGATTO, 1989). Buscando uma postura mais independente, propôs-se um rompimento das alianças com organizações não comunistas, e a adoção de posturas mais autônomas em relação às eleições, e também no movimento operário. Dessa forma, por exemplo, nas eleições presidenciais de 1950, a direção do partido orientou seus membros a votar em branco. Com a vitória e o retorno de Getúlio Vargas à presidência naquele pleito, o PCB assumiu a oposição ao governo, concebendo-o, num primeiro momento, como representante dos interesses norte-americanos (CHILCOTE, 1982).

¹⁴Vale destacar que o Estado brasileiro também interviu nos sindicatos, subordinando-os a um maior controle do Ministério do Trabalho, afastando as lideranças operárias indesejáveis de suas diretorias sindicais, e principalmente os comunistas (CHILCOTE, 1982; SANTANA, 2001).

Apesar dessas orientações, concordamos com Chilcote (1982, p.107) que, ao analisar o Manifesto de Agosto de 1950, ressalta que, a despeito da retórica radical de esquerda do PCB, a organização não previa a implantação do socialismo de imediato, e não afastava a possibilidade de apoio do capital nacional. A própria Frente Democrática de Libertação Nacional expressava a manutenção da tática frentista e se mostrava ambígua em torno dos setores nacionais que ela deveria abarcar. Ao mesmo tempo, a ilegalidade e a crítica à institucionalidade do regime democrático brasileiro não eliminou a luta eleitoral de seu repertório, já que defendia a legalidade da sigla e a devolução dos mandatos parlamentares cassados em 1948. Assim, apesar das críticas aos espaços institucionais em vigor, o partido não os abandonou, e ainda os concebia como instrumentos de efetivação da sua política (SANTANA, 2001, p.71). E dessa forma também era definida a arena parlamentar.

Desse modo, no Espírito Santo, os vereadores pecebistas abrigados em outras siglas expressaram em suas atividades parlamentares o alinhamento às bandeiras de luta dos Manifestos de 1948 e 1950, mesmo em espaços dominados pelas elites capixabas. Assim, identificavam-se e eram identificados pelos seus adversários políticos como comunistas¹⁵.

Antônio Ribeiro Granja, em Cariacica – ES e Hermógenes Lima Fonseca¹⁶, na capital capixaba, defenderam em seus mandatos nas respectivas Câmaras Municipais – entre 1948 e 1951 – bandeiras nacionais do partido como a luta pelo petróleo, pela paz mundial, contra o imperialismo norte-americano e pela reforma agrária. Ao mesmo tempo, buscaram atentar para as questões locais, interpretando os problemas da sociedade capixaba à luz das leituras do PCB sobre a realidade brasileira. Nessa direção, entre outras questões, sob o norte da luta anti-imperialista pecebista, criticavam os serviços da Cia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE), que era definida como um braço do imperialismo norte-americano, o que explicava, segundo eles, a baixa qualidade do serviço prestado ao povo e ao empresariado capixaba, devido à falta de

¹⁵ Sobre a atuação parlamentar de Antônio Ribeiro Granja na Câmara Municipal de Cariacica – ES, ver Vinicius Oliveira Machado (2014). E para a atuação de Hermógenes Lima Fonseca na Câmara Municipal de Vitória – ES, ver Marlon Pittol de Oliveira (2014). Ambos, também apresentam um cenário político local no qual tais personagens eram vistos – e “atacados” – como “comunistas” nos debates parlamentares.

¹⁶ Hermógenes Lima Fonseca foi um destacado militante do PCB capixaba entre os anos 1930 e 1960. Hermógenes entrou muito jovem para a política. Aos 23 anos, já era presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Telegráficas. Na década de 1930 ingressou no PCB, no qual se destacou, galgando altos postos de sua hierarquia. Dirigiu o jornal Folha Capixaba (1945-1964) (OLIVEIRA, 2014, p.6)

interesse em criar condições para o desenvolvimento do capital nacional. Assim, a empresa de energia era vista como uma das fontes do atraso econômico do estado do Espírito Santo, e a solução para tal condição seria a sua nacionalização. Ambos também combateram o governo estadual de Carlos Lindenberg (1947-1951), compreendido como autoritário e afinado aos interesses dos latifundiários. Pensando a melhoria da qualidade de vida da população pobre, defenderam a reforma agrária somada à industrialização e modernização econômica do estado para criar fontes de terra, empregos e melhores salários, o que possibilitaria maior acesso à alimentação e à moradia aos trabalhadores capixabas.

Ao mesmo tempo, o PCB continuou participando do “jogo eleitoral”. Em 1950, o partido abrigou candidatos em outras siglas partidárias, e apoiou políticos concebidos como progressistas, elegendo mesmo que em postos de pouca expressão, representantes nos legislativos federal e estadual nas eleições desse ano¹⁷. No Espírito Santo, os pecebistas elegeram Custódio Tristão como Deputado Estadual pelo PR junto da Coligação Democrática (CD)¹⁸, sendo este o mais votado da legenda (1080 votos – 0,81% dos votos válidos). Seu mandato, porém, demonstrou pouca nitidez partidário-ideológica, apesar de atentar a questões de cunho social e criticar a CCBFE, conforme se posicionava o PCB capixaba. Ademais, privilegiou a representação dos interesses de sua base eleitoral, a região Sul do estado (ALVES; SIMÕES, 1996, p.95).

3. O PCB e sua linha institucional na arena eleitoral e parlamentar nos anos 1950

Entre finais de 1951 e o ano de 1952, as bases e a cúpula nacional pecebista apontavam ajustes na linha revolucionária presente. Primeiro na política sindical, e depois de modo geral. Na verdade, conforme analisou Santana (2001), parte da militância sindical pecebista já atuava de maneira a flexibilizar a linha *esquerdizante* defendida pela

¹⁷ Como Roberto Morena para deputado federal pelo Partido Republicano Trabalhista (PRT) do Rio de Janeiro; Paulo Cavalcanti, como deputado estadual pelo Partido Social Progressista (PSP) em Pernambuco. Pelo PTB, quatro vereadores elegeram-se para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro (CHILCOTE, 1982, p.105)

¹⁸A Coligação Democrática se tratava de uma frente partidária formada pelo PR, pela UDN, pelo Partido Democrata Cristão (PDC) e pelo Partido de Representação Popular (PRP). Reunindo importantes lideranças políticas regionais, foi o principal polo opositor do PSD nas disputas político partidárias do Espírito Santo, a partir de 1945. Mais informações, ver Oliveira (2013).

direção nacional desde 1948, resistindo à orientação dos “Manifestos” ou adequando-a à realidade¹⁹.

Nesse sentido, a postura flexível que já se dava no cotidiano do movimento sindical foi oficializada pela Resolução Sindical do CC de 1952, que orientava a militância pecebista para alianças na base, mesmo que heterogêneas, em torno da organização e da unidade da classe operária (SANTANA, 2001, p.82-83).

Dessa forma, entre outras condições, o programa sindical do partido legitimou a reaproximação dos pecebistas com setores trabalhistas e getulistas nos sindicatos. Para além dos interesses específicos da luta operária, essa aliança também vislumbrava conquistas no campo político e eleitoral. Assim, segundo Chilcote (1982, p.111), membros da esquerda do PTB ligados à figura de João Goulart abriram negociações para uma aliança eleitoral com os pecebistas a partir de 1953. Depois de atuar nas campanhas que permitiram a aprovação da lei que garantiu a criação da Petrobrás e o monopólio estatal do petróleo nesse ano, já em 1º de maio de 1954, o partido recuava em suas críticas ao governo de Getúlio Vargas (1951-1954).

Esse paulatino recuo do processo de radicalização da direção política do PCB no campo sindical, alcançou a direção política geral mais precisamente nas teses do seu IV Congresso (entre dezembro de 1954 e janeiro de 1955). Segundo Antônio Carlos Mazzeo (1999), esse encontro oficializou o início da flexibilização do discurso partidário e da retomada do programa *reformista e moderado* experimentado entre 1945 e 1947, sendo o momento inicial de reconstrução de um *partido institucional de esquerda*.

Dessa maneira, a linha política oriunda do IV Congresso do partido orientava a *união das forças democráticas*, a partir da formação de uma *frente pluriclassista*, incluindo os setores burgueses²⁰. O partido priorizava, neste momento, assegurar as liberdades democráticas e a legalidade constitucional combatendo o que identificava como ameaças golpistas articuladas aos interesses imperialistas norte-americanos (SEGATTO, 2003, p.124).

Assim, diante das tensões emergentes no cenário político brasileiro a partir do suicídio do presidente Getúlio Vargas em agosto de 1954, o PCB abandonou, primeiramente, sua postura unilateral e de crítica ao *getulismo* para se juntar às massas, aproximando-se ainda mais do PTB. Dessa forma, os pecebistas buscaram se inserir nos movimentos que defendiam o respeito às regras democráticas e constitucionais para a sucessão presidencial prevista para outubro desse ano, buscando afastar o que identificava como

¹⁹ Sobre a política e militância sindical do PCB entre os anos 1940 e 1980, ver Santana (2001).

²⁰ Importante destacar que a linha política do IV Congresso (1954) mantinha parte das ações radicais da Revolução Nacional Libertadora, como a proposta de assalto militar a um Estado considerado traidor dos interesses nacionais, nos termos do Manifesto de Agosto de 1950. No entanto, predominava a indicação de uma nova atitude anti-imperialista para a sua militância que afastava postura radicais.

movimentações golpistas por parte das forças reacionárias (políticos da UDN e comandos militares das Forças Armadas), influenciadas pelos Estados Unidos, que culminaram na instalação do que classificava como uma “ditadura americana de Café Filho”, seguido do “governo reacionário” de Carlos Cruz (SEGATTO, 2003, p.126). Em 1955, o partido decidiu apoiar a candidatura presidencial e a eleição da chapa formada por Juscelino Kubitschek (PSD) e João Goulart (PTB) – respectivamente para Presidente e Vice –, assim como atuou junto a outros setores legalistas para garantir a posse desses eleitos em janeiro de 1956, diante das novas ameaças de golpe lançadas pelos setores de direita²¹ (CARONE, 1982, p.8).

As alterações na linha política do PCB na década de 1950 se aceleraram a partir de 1956, sob o impacto dos desdobramentos do XX Congresso do Partido Comunista Soviético (PCUS). Nesse encontro, as denúncias e os ataques ao stalinismo realizados por Nikita S. Khrushchev, substituto de Joseph Stálin desde sua morte, em 1953, no comando da União Soviética (URSS), deram início ao chamado *processo de desestalinização*.

A recepção dos informes soviéticos gerou profundas reações e reflexões no seio do PCB, que sofreu com fraturas internas e promoveu novos rumos para o partido (SEGATTO, 2003, p.126). A influência do XX Congresso do PCUS dois anos depois incentivou a autocrítica realizada por parte da direção nacional ao que seria um passado de *dogmatismo, mandonismo, sectarismo, falta democracia e de culto à personalidade* de Luis Carlos Prestes, que implicou em erros os quais teriam isolado e enfraquecido o partido (SEGATTO, 2003, p.126).

Em 1958, um novo núcleo dirigente formado por nomes como os de Giocondo Dias, Mário Alves e Jacob Gorender, emergiu das disputas internas pelos novos alinhamentos políticos do partido, assumindo o seu comando e encaminhando orientações que mesclavam elementos de tradição e renovação na organização (SEGATTO *apud* MAZZEO, 1999, p.84). Mantendo a liderança de Prestes, das mãos desse grupo nasceu a chamada “Declaração de Março de 1958”, considerado o documento “fundador” dos princípios basilares da linha política assumida pelo partido até os anos 1980.

Para além das influências das mutações pelas quais passavam o MCI, a Declaração de Março de 1958 refletia as leituras sobre a vida econômica e o ambiente político institucional da segunda metade da década de 1950. Assim, entre os principais elementos teóricos e políticos apresentados pela “Declaração”, apresentou-se uma nova visão do capitalismo brasileiro, que, na perspectiva da direção partidária, dinamizava a

²¹ Segundo Jorge Ferreira (2007, p.518-519), “a extrema direita da UDN, liderada por Carlos Lacerda, apoiada por grupos civis conservadores e amplos setores da oficialidade da Marinha e da Aeronáutica tentaram golpear as instituições democráticas em novembro de 1955. O objetivo era impedir que JK e Jango, eleitos no mês anterior, tomassem posse. No entanto, a maioria dos generais do exército, liderados pelo ministro da Guerra, Henrique Teixeira Lott, deram um ‘contragolpe’ preventivo, garantindo o cumprimento da Constituição”.

sociedade, promovendo a valorização da luta pela democratização política do país (SANTOS; SEGATTO, 2007, p.18). Segundo essa perspectiva, o desenvolvimento das forças produtivas promovia o surgimento de uma burguesia nacional e progressista, contrária às intervenções imperialistas, e possibilitava o crescimento da camada proletária urbana e rural na sociedade. Essa condição teria permitido a emergência de um Estado não mais monopolizado pelos latifundiários e grandes capitalistas vinculados aos interesses imperialistas, e assim, os espaços democráticos vinham num processo de ampliação desde 1945.

Diante desse quadro, a transformação socioeconômica do país deveria resultar de *reformas* promovidas pela pressão política de movimentos *pluriclassistas*. Assim, a estratégia revolucionária deveria se pautar na busca pela formação de uma ampla *frente nacional democrática* constituída por diversos setores: *patriotas da burguesia nacional, pequena burguesia e proletariado urbano e rural*. Sua militância deveria se dedicar à ocupação dos *espaços institucionais legais* por meio de uma *luta política e pacífica*, elementos centrais da estratégia do partido a partir de então (MAZZEO, 1999, P.85).

Partindo de uma concepção de “revolução por etapas”, o caminho traçado para a revolução brasileira dependeria de duas fases. Primeiramente, ela deveria ser uma *revolução anti-imperialista e antifeudal*, e assim, *nacional e democrática*. Dessa maneira, era urgente para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro a derrocada dos interesses imperialistas norte-americanos e da estrutura “feudal” ou “semifeudal” que garantia o monopólio da terra. Apesar das contradições implícitas e explícitas dos setores sociais que formariam a frente nacional democrática que fomentaria esse processo, a unidade do grupo estaria radicada nos interesses progressistas que comungavam pelo desenvolvimento econômico independente do país contra os interesses e agentes imperialistas (SEGATTO, 1989, p.92-93). Em seguida, um conjunto de reformas estruturais promoveria a transformação socioeconômica e política da sociedade brasileira na medida em que ela se democratizasse. Tal quadro criaria condições ideais para o êxito da segunda etapa: *a revolução socialista*. Assim como no período de legalidade da década de 1940, o PCB reforçava a ideia de construção de um *partido institucional de esquerda* (MAZZEO, 1999).

Além do acelerado desenvolvimento econômico do período, o que vemos como uma retomada da linha reformista, democrática e institucional do PCB de 1943 a 1947, pode ser também relacionada às condições de maior estabilidade política do Governo JK

(1956-1961) (SEGATTO, 2003, p.126). Ao mesmo tempo, segundo Carone (1982, p.8), nesse contexto, os pecebistas teriam vivido sob um clima de maior tolerância política por parte do Estado brasileiro, o que permitiu que, mesmo na ilegalidade, o partido atuasse de forma aberta e com maior possibilidade de inserção no cenário político brasileiro, vivendo uma *legalidade de fato*²², conforme definiu Santana (2001).

Tal conjuntura se refletiu no crescimento orgânico e político do PCB no Espírito Santo. O partido ampliou sua inserção política em novos municípios (Ecoporanga, Barra de São Francisco, Linhares, Viana e Baixo Guandú) e no nascente movimento estudantil capixaba. O foco na luta eleitoral foi mantido, com a inserção de candidatos em outras legendas. Assim, depois das candidaturas não eleitas de Aldemar de Oliveira Neves e Renê Cunha para assembleia legislativa estadual nas eleições de 1954, o partido conseguiu eleger dois vereadores em 1958: Gil Xavier Nunes, em Cachoeiro de Itapemirim, e Altamiro Felisbino Teixeira, em Ecoporanga, ambos pelo PTB. O primeiro teve sua atuação marcada pela defesa e apoio ao sindicalismo; pelo combate à CCBFE, a defesa do funcionalismo público, e pela melhoria dos equipamentos urbanos. O segundo focalizou sua luta pela educação municipal, por melhores salários para funcionalismo público, e na questão do abastecimento de energia (ALVES; SIMÕES, 1996, p.89).

Pelo PTB, também em 1958, o PCB conseguiu eleger para Deputado Federal, Ramon de Oliveira Neto²³, com 13.287 votos, o mais votado da legenda (ALVES; SIMÕES, 1996, p.86). No Congresso Nacional, esse personagem integrou Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), entidade interpartidária criada em 1956, cujos objetivos eram o combate ao capital estrangeiro e à remessa de lucros, bem como a defesa de uma política de desenvolvimento autônomo da economia nacional. Assim, teria expressado acentuadamente a linha política do PCB, ao se centrar em questões como o

²² Como aponta Edgar Carone (1982, p.8), em 1957, o governo brasileiro manda finalizar o processo contra Luis Carlos Prestes e outros comunistas, que havia 10 anos ameaçava de prisão diversas lideranças da organização. Assim, o PCB volta a agir com maior liberdade e espaço de ação. Uma fotografia que sintetizaria esse fato seria, por exemplo, a presença de Luis Carlos Prestes em comício pomposo de JK nos jardins do Palácio do Catete, em 1959, apoiando o anúncio do presidente em relação ao rompimento do governo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) (AQUINO, 2001, p.547).

²³ Ramon de Oliveira Neto nasceu em Celina, distrito do município de Alegre – ES, em 19 de fevereiro de 1926. Cursou o Ginásio Carangolense em Carangola (MG) e o científico em Juiz de Fora (MG), quando foi presidente do grêmio estudantil. Em 1950, formou-se pela Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. De volta a seu estado natal, trabalhou como médico em Colatina (ES). Iniciou sua carreira política em 1958, e a findou após a cassação do seu mandato parlamentar pela ditadura militar em 10 de abril de 1964 (OLIVEIRA, 2013).

desenvolvimentismo, no anti-imperialismo, na aproximação do Brasil com o Bloco Socialista (ALVES; SIMÕES, 1996, p.94).

Em 1962, Ramon de Oliveira Neto foi reeleito pelo PTB. Segundo Ueber José de Oliveira (2013, p.93), o referido Deputado Federal capixaba era uma das lideranças da FPN e atuava de forma bastante combativa no Congresso Nacional, sendo autor de projetos de lei polêmicos à época, como o substitutivo de reforma agrária e a lei de remessas de lucro. Essa postura o colocou na primeira lista de cassados da ditadura militar que se instalou no país a partir do golpe civil-militar iniciado em 31 de março de 1964.

4. Considerações Finais

Observando a trajetória do PCB entre os anos 1940 e 1950 percebemos o momento de consolidação da linha institucional em sua fisionomia organizativa. Assim, como objeto central dessa narrativa, verificamos como tanto em âmbito nacional quanto no estado do Espírito Santo, manteve-se evidente no discurso e na prática partidária a sua busca por se inserir e disputar os espaços institucionais da arena eleitoral e parlamentar, inclusive quando sua linha política orientava a radicalização de suas ações. Dessa forma, a luta política nos limites da institucionalidade democrática instaurada a partir de 1946 permaneceu constante, e assumiu centralidade no comportamento do partido na maior parte do contexto, sendo o campo da política formal colocado como instrumento fundamental para a conquista dos seus objetivos revolucionários.

Ao verificarmos esse comportamento do PCB, precisamos, para além de outros enfoques, observá-lo como oriundo das relações e leituras que o partido realizava diante do ambiente político em que atuava, assim como no que se refere a sua própria história. Dessa forma, o foco nas eleições e na atuação parlamentar entre 1945 e 1947 pode ser compreendido pela condição de legalidade do PCB num contexto de democratização do sistema político brasileiro, que favorecia sua atuação pública nos quadros legais, disputando o poder de influenciar os rumos do país com outros agentes e organizações. O esforço de sua direção nacional em construir uma autoimagem de “partido da ordem e pacífico” respondia à necessidade da organização de se adaptar ao ambiente, e refletia o receio de ir ao encontro da repressão e do retorno a ilegalidade, e às possíveis ações

clandestinas, aspectos marcantes de sua história desde os anos 1920²⁴. Nessa direção, é preciso considerar a permanência do anticomunismo nos quadros estatais e na sociedade, que juntamente ao avanço das disputas internacionais da Guerra Fria, contribuíam para que a militância pecebista permanecesse sendo vista como “ameaça à ordem e à disciplina” no país (SANTANA, 2001).

Tal condição também influenciava a manutenção, mesmo durante a sua experiência legal, de traços da luta política ilegal no PCB, ao abrigar seus membros em outras siglas partidárias. Concordando com Duverger (1970, p. 30), entendemos esse fenômeno como uma demonstração da influência das origens partidárias no desenvolvimento de sua própria estrutura organizativa, ao mesmo tempo em que a compreendemos como um mecanismo preventivo e de sobrevivência política diante de um possível retorno à marginalização política.

Situação essa que se abriu a partir de maio de 1947, quando a democracia instituída pela Constituição de 1946, demonstrava seus limites e a permanência de elementos ideológicos e institucionais autoritários do regime anterior (SOUZA, 1990, p.105-106). Mesmo posto na ilegalidade e sob alvo da repressão nos diferentes espaços, as eleições e a arena parlamentar mantiveram-se como instrumentos de aplicação da linha política que se radicalizava à esquerda, como demonstrado na experiência dos vereadores pecebistas capixabas entre 1947 e 1951.

Na década de 1950, a reafirmação oficial da luta institucional com foco nas conquistas democráticas, para além da influência das mutações por qual passavam o comunismo internacional, podem ser vistas, por um lado, pela necessidade de se combater as constantes ameaças golpistas à direita que colocavam em risco a democracia brasileira. Por outro, e principalmente a partir da segunda metade da década de 1950, as condições econômicas e políticas estimulavam as leituras sobre a revolução brasileira por etapas, via democratização.

Ao mesmo tempo, nesse período o partido gozava de maior tolerância política e social, vivendo uma *legalidade de fato* que o permitia apostar na atuação nos espaços institucionais como campo de possibilidades de luta, mesmo com sua sigla mantida

²⁴ Conforme analisa Panebianco (2005, p.23), o fato de a organização tender a se “adaptar” ou a “dominar” o próprio ambiente depende, obviamente, das características ambientais. “Dominar” pode ser contraproducente na medida em que pode resultar em reações agressivas de adversários, aumentando as incertezas acerca de sua sobrevivência política.

excluída das disputas políticas. Na verdade, este aspecto de *semilegalidade* do PCB foi um traço importante de sua relação com ambiente político brasileiro entre os anos 1940 e 1960, sendo essa uma chave importante para compreender a ênfase do partido em apostar suas fichas na luta política formal naquela conjuntura política.

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de. Partido Comunista Brasileiro In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2000. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>. Acesso em: 09 set. 2017.

ALVES, Wania Malheiros; SIMÕES, Rafael Claudio. História Eleitoral e Parlamentar do PCB no Espírito Santo (1945-1992) In **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, 1996, n.47, p.81-102.

AQUINO, Rubens Santos Leão de. (et.al). **Sociedade Brasileira: uma história através dos movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

CARONE, Edgard. **O PCB –1922 -1943**. v.1. São Paulo: Difel, 1982.

_____. **O PCB – 1943-1964**. v.2. São Paulo, Difel, 1982.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros**. Editora UnB, 1998.

CHILCOTE, Ronald H. **O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FERREIRA, Jorge. Entre a história e a memória: João Goulart. In: _____; REIS FILHO, Daniel Aarão. **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.510-541.

MACHADO, Vinícius Oliveira. **O vereador de Prestes: a atuação de Antônio Ribeiro Granja na Câmara de Cariacica – ES (1947-1951)**. 2014. 86f. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 1999.

OLIVEIRA, José Ueber. **Configuração político-partidária do Estado do Espírito Santo do Estado do Espírito Santo no contexto do regime militar: um estudo regional acerca das trajetórias de Arena e MDB**. 2013. 335f. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, Marlon Pittol. Partido Comunista do Brasil na Câmara Municipal de Vitória: leituras e propostas. In: GIL, Antônio Carlos Amador; PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco; JESUS, Graziela Menezes de (Orgs.). **Estudos de história política e das ideias**, Vitória: LEHPI/UFES, 2014, v.1., p. 01-19.

PANEBIANCO, Ângelo. **Modelos de partido**: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos**: comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo – SP: Boitempo Editorial. 2001.

SANTOS, Raimundo; SEGATTO, José Antonio. A valorização da política na trajetória pecebista dos anos 1950 a 1991. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Org.). **História do Marxismo no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, v.6. p.13-62.

SEGATTO, José Antônio. **Breve História do PCB**. 2. ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

_____. O PCB e a revolução nacional democrática. In: MAZZEO, Antônio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (Orgs.). **Corações Vermelhos**: os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Cortez, 2003. p.123-133.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)**. 3. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1990.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Getúlio a Castelo Branco, 1930-1964. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TEIXEIRA, Roberto. **O ideário comunista na imprensa do Espírito Santo**: o caso do jornal Folha Capixaba. In: Anais do 9º Encontro Nacional de História da Mídia. 2013, p.01-15.

VINHAS, Moisés. **O Partidão**: a luta por um partido de massas (1922-1974). São Paulo. Hucitec, 1982.